



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 30

Sessão Ordinária Setembro

2.º Reunião em 27/09/2023

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Daniela Carla Sousa Pinto, Ana Catarina Vieira Rodrigues, Margarida Isabel da Cruz Lourenço Rei, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Carla Ferreira Esteves das Neves Roland, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Joana de Oliveira Teixeira, Rogério António Gonçalves Cachide, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco Cunha Picado, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rui Miguel Santos Melo Faria, João André Cascais Labrincha, e António Armando de Matos Nabais.

Faltou o deputado, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, e o Presidente de Junta Firmino Marques Ferreira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Filipe Andrade Machado, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Faltou o Vereador João Filipe Andrade Machado.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Machado Pires da Rosa, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Rogério António Gonçalves Cachide, Jorge Manuel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Rui Miguel Santos Melo Faria, João André Cascais Labrincha, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus

Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José de Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras, Olegário Augusto da Costa Rocha, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva e Sara Alexandra Reis da Rocha, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Daniela Carla Sousa Pinto, Ana Catarina Vieira Rodrigues, Margarida Isabel da Cruz Lourenço Rei, Carlos Alberto Martins Nunes, e Carla Ferreira Esteves das Neves Roland, respectivamente.⁰⁰²

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, retomou a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de Auto de Transferência de Competências na Saúde;

Ponto 4 – Apreciação e votação das propostas de desafetação do domínio público municipal:

- a) de parcela de terreno situada na Rua São João da Cruz;
- b) de parcela de terreno situada nas Agradas do Norte;

Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “carta municipal de habitação e criação do conselho local de habitação”;

Ponto 6 – Apreciação e votação da Moção “Por medidas excecionais para responder à emergência de falta de residências universitárias em Aveiro”.

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de Auto de Transferência de Competências na Saúde.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/09/2023 sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“Boa noite a todos. De forma muito objetiva, como sabemos, falámos tantas vezes aqui na Assembleia Municipal do pacote de descentralização e somos adeptos, lutámos por ela, trabalhamos pela sua construção legislativa e, obviamente, temos trabalhado no nosso dia a dia pela sua execução, com o mais elevado nível de qualidade que seja possível.

Lutámos e conseguimos alterar o decreto-lei inicial, porque de facto padecia de patologias graves, e tornei isso público, cheguei a propor no Conselho Diretivo da ANMP que nós

retirássemos a Saúde do pacote legislativo. Tãmanha era a miséria do diploma, mas pronto, foi também tudo vítima daquilo que aconteceu. A saída do professor Fernando Araújo de Secretário de Estado, que era o nosso interlocutor e muito bom. Depois aquela fase negra da Saúde em Portugal, apenas disfarçada pela pandemia, na liderança da Ministra Marta Temido, que foi má demais para ser verdade, em tudo. E também, no que respeita à descentralização.

Chegado o Ministro Manuel Pizarro há uma dinâmica nova, chegado o Prof. Fernando Araújo que tinha sido Secretário de Estado e que trabalhou connosco o diploma da descentralização, chegado agora na função importante de Diretor Executivo do SNS, obviamente que se arranja uma plataforma de acordo, se arranjou um diploma novo, que ainda falta complementar com uma Portaria que vai regulamentar alguns parâmetros, nomeadamente o rácio de pessoal não docente. Uma questão inacreditável, que isto na Saúde é de facto a tragédia da má gestão. O uso dos táxis sem critério, as unidades de cuidados primários que têm carros e as que não têm. As que têm carros, em regra, tem mais de 30 anos. Quer dizer, é o pior que se pode imaginar, mas ainda bem que há descentralização, se não, o país ia continuar a não saber disto e o país ia continuar a não resolver. E, portanto, a chegada dos municípios permite, por um lado, tirar a fotografia bem tirada e, por outro lado, entregar a quem faz.

Os municípios portugueses têm essa cultura, seguramente não a vão perder, que é fazer. Olhar para os problemas, discutir soluções e resolver os problemas com a melhor das soluções que esteja ao nosso dispor.

E, portanto, é neste quadro que nós sempre manifestámos posições políticas muito claras, mas nunca alienamos a vontade de assinar o nosso auto de transferências e iniciar a execução das novas competências. Com o pressuposto, como fizemos em todas as outras, realmente as duas mais importantes e mais complexas que são da Educação que estamos a começar o quarto ano letivo e a da Ação Social, que estamos a começar o segundo ano de execução.

Portanto o princípio é o mesmo, de termos tempo para nos prepararmos bem, para começarmos, mesmo no dia 1 de Janeiro ou no dia 2 e não exatamente nesse dia começarmos a preparar as coisas, que é o que tem acontecido em muitas situações.

Portanto este é um quadro político.

Depois deixámos sempre claro ao Ministro Manuel Pizarro, porque como disse a Ministra Marta Temido, foi a não existência política, nomeadamente em matéria da descentralização, e dissemos claramente que queríamos assinar, mas havia questões pendentes da maior importância para o município e Região de Aveiro, que tinham que ser objetivamente tratadas. Sob compromisso, enfim, entre homens sérios e políticos gestores do interesse público e que nós tínhamos que colocar neste patamar.

E essas questões são 5. Conhecidas, todas elas já tornadas públicas obviamente, algumas pela boca do Ministro, tinha que ser ele próprio a falar delas outras por mim mesmo e obviamente, a partir de momento que o documento que hoje vem à Assembleia Municipal e que foi à Câmara Municipal, pois com certeza, tudo ficou publicamente estabelecido.

Os 30 milhões de euros da reserva de financiamento no Centro 20/30, para financiar a ampliação do nosso Hospital. Que está em fase de adjudicação de concurso público de projeto.

A integração da Unidade de Cuidados Primários, que nós chamamos sempre de centro de saúde, mas esperemos que venha a ser uma Unidade de Saúde Familiar em Nossa Senhora de Fátima. Que como sabem é um objetivo que fixámos para este mandato. Faltava-nos o acordo com o Ministério da Saúde, porque, enfim, conversa, conversa, conversa, e assumir responsabilidades nunca. A Câmara não pode fazer edifício da Saúde sem que a Saúde os

assuma, porque, obviamente, os edifícios sem profissionais não servem para coisíssima nenhuma.

E, portanto, finalmente, conseguimos esse acordo e como sabem comprámos o terreno, adjudicámos o projeto, está ou projeto a mais de meio de execução.

E aquilo que tínhamos apontado era para ser financiado pelo Centro 20/30, no entanto, sempre dissemos e escrevemos, que era uma injustiça absoluta não termos acesso ao PRR.

E, portanto, foi essa a alteração de caminho e, portanto, o financiamento desta nossa operação estará então integrado no chamado terceiro aviso do PRR.

Já foi o primeiro, já foi o segundo, vamos ter um terceiro, e é nesse terceiro que vem os tais 2,71 milhões de euros para financiar esta nossa operação que, como é público, terrenos comprados, projeto em execução, lançar concurso, arranjar empreiteiro e seguirmos em frente.

Terceiro compromisso. O compromisso de trabalharmos e já estamos a contratar projetista, a reabilitação do edifício do Centro de Saúde de Aveiro e a reabilitação que aí é mais profunda obviamente, muito profunda, do edifício do antigo Centro de Saúde Mental de São Bernardo, para reinstalar no Centro de Saúde Mental serviços vários ligados, nomeadamente a saúde pública e aos cuidados primários.

E também dar uma localização permanente do nosso polo da USF de Oliveirinha/São Bernardo, que como sabemos, estamos a ocupar a título de empréstimo, uma área do Centro Social Paroquial de São Bernardo.

Portanto é neste quadro que está essa opção tomada. A Câmara assumiu o compromisso de se fazer os projetos. Obviamente com as equipas técnicas do Ministério da Saúde e, ao longo do caminho da execução dos dois projetos, encontrarmos caminho de financiamento. O quinto. Deixe-me saltar o quarto para o fim. É a questão da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro.

Como é público o Governo já apresentou a sua proposta de Decreto-lei. Já recebeu parecer da ANMP e, portanto, enfim, na etapa onde estamos, o compromisso político está assumido.

Quarta. Que apresento em ultimo lugar é a questão do trabalho, do desenvolvimento de diligências para que o Curso de Medicina venha a integrar a nossa Universidade de Aveiro. No documento que acordámos, lá está o arranque no ano letivo, 23/24 ou 24/25. É o que está no documento do acordo com o Senhor Ministro.

Obviamente que no documento veio à câmara, naturalmente já tivemos que tirar o 23/24, porque é tara perdida. O que é que se passa?

Passa-se, é uma coisa muito simples. Como sabeis é público também, a Autoridade que acredita os cursos do Estado Português, chumbou o nosso curso. A nossa Universidade recorreu e há-de estar por aí mais semana, menos semana, esta fase da não tem prazo, a decisão definitiva.

É bom lembrar que o compromisso de criar este curso e mais o curso de Évora e de Vila Real, é um compromisso do Primeiro-ministro de Portugal. Eleito com toda a legitimidade Primeiro-ministro de Portugal. E ainda há bocado, nas aberturas dos telejornais das 20 horas, a notícia das notícias é que faltam médicos, faltam médicos, faltam médicos. As filas nas Unidades de Cuidados Primários para as pessoas marcarem uma consulta, o risco e as ameaças que vai fechar urgência do hospital A,B,C. Aquilo que toda a gente sabe e que é notícia de quase todos os dias. E só um país que anda a dormir na forma há muitos anos é que continua a adiar o aumento da formação de médicos. Só um país que não trata bem os seus jovens e continua a criar frustrações em jovens que não conseguem tirar em Portugal o curso de medicina que gostam. E, portanto, nem a importação de 300 médicos Cubanos, nem o “brutal” aumento de vagas para o ano letivo 24/25 de sete ou oito vagas, tudo isto é ridículo e o país tem mesmo que fazer aquilo que o Primeiro-ministro anunciou fazer.

Ah, mas Entidade acreditadora não quer!? A Entidade acreditadora não é eleita e em democracia mandam os eleitos.

Se nós continuamos a apostar num país a sério, que queremos ser, aquilo que autoridade tem que fazer é dizer, olhem isto assim não dá para aprovar, mas mudem isto ou melhorem aquilo e cuidem de arrumar as questões que não permitem a sua validação do curso.

O nosso de Aveiro e do Vila Real, porque o de Évora ainda não foi apresentado e vamos lá embora resolver estas questões para se validar e para começarmos a trabalhar.

Isto é de um país normal. Um país anormal é quando alguns continuam a ceder a lobbies, a lobbies primários, a lobbies completamente ultrapassados, que não interessam. Não é a Aveiro! É aos portugueses. E, portanto, quisemos por isto aqui, temos o apoio do Ministro da Saúde. Temos o apoio do Primeiro-ministro, não temos apoio de todos os Ministros no Conselho de Ministros, é bom que se diga. Há uma Ministra importante nesta matéria que cede muito a certa tipologia de lobbies, mas lutamos por Portugal, nós não lutamos por Aveiro. Até porque os alunos que tirem o curso na Universidade X, não tem nenhuma obrigação de ficar a trabalhar no município que acolhe essa mesma Universidade.

Esta é uma luta por Portugal que nós não abandonamos. Mas o Primeiro-ministro Portugal tem que assumir a sua responsabilidade e as entidades do Estado têm que cumprir aquilo que a democracia determina. E a democracia determinou que é preciso formar mais médicos em Portugal e se isto era difícil entender há uns anos, embora quem estava atento já sabia, agora não há dúvida. Porque a evidência da falta é má demais.

E por isso quisemos também colocar aqui esta matéria. Portanto acho que é um bom documento, é um bom acordo. Estamos a preparar para iniciar a execução no dia 1 de Janeiro e daí a proposta para a Assembleia aprovar a proposta que cá trazemos. Muito. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP)⁰⁰⁶

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Boa noite senhores presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, senhores vereadores, deputados municipais, restante público presente. Globalmente, este processo de descentralização da área da saúde parece-nos ser vantajoso para o concelho, até tendo em conta do que no âmbito deste processo, portanto, o Ministro da Saúde assumiu vários compromissos com a Câmara que são claramente vantajosos para nós. Nomeadamente, o financiamento de a obras de ampliação do Hospital de Aveiro, o novo centro de saúde em Nossa Senhora de Fátima, desenvolvimento de diligências visando a criação do curso de Medicina Universidade de Aveiro, entre outros compromissos.

Portanto, estes aspetos levarão a votar favoravelmente. No entanto, temos algumas questões a colocar. Relativamente ao modo como se processa a transferência de recursos humanos, nomeadamente os que estão inseridos na carreira de assistentes operacionais.

Gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse melhor sobre este assunto e de que modo a que serão salvaguardados os seus postos de trabalho no âmbito deste processo. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Obrigado Senhor Presidente. Cumprimentos demais presentes e quem nos acompanha à distância. A área da Saúde tem sofrido consecutivamente de um menor investimento do que aquele que é efetivamente necessário, para salvaguardar a saúde e bem-estar dos cidadãos. Essa carência manifesta-se numa área que é essencial a uma vida com qualidade. Todos os

passos dados para essa salvaguarda são bem-recebidos, sendo que o PAN desde sempre coloca a tónica na saúde preventiva. Porque é fundamental apostar em modos de vida saudáveis, como numa atividade física adequada a cada idade ou numa alimentação com qualidade desde a infância, para dar apenas alguns exemplos.

Somos a favor da descentralização nesta área também. Que o Hospital de Aveiro possa finalmente ter obras de ampliação, bem como a construção e reabilitação necessárias nos centros de saúde mencionados e também que o curso de Medicina da Universidade de Aveiro possa finalmente ver a luz do dia e que não fique consignada lobbies em detrimento da Saúde dos portugueses. Votaremos favoravelmente. Obrigado.”

Vogal Rui Faria (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Como saberão, o Bloco de Esquerda está contra este processo de descentralização, acordado no Parlamento entre o PS e o PSD. Seja na educação, seja na saúde, seja no setor social.

Este processo rompe a universalidade dos serviços e abre a porta ao subfinanciamento serviços públicos através do estrangulamento na transferência de verbas do Orçamento de Estado para as autarquias no futuro. E coloca em causa a coesão territorial, porque há câmaras municipais que, devido ao número de habitantes e orçamento próprio, tem naturalmente capacidades diferentes.

Os serviços públicos estão a atravessar uma razia na sua competência. O problema está no seu financiamento orçamental e a falta de profissionais na área da saúde. O Estado financia fortemente a saúde privada em detrimento SNS. 40% do Orçamento do SNS é para financiamento do setor privado.

E por aí deveríamos começar. Este processo de descentralização, não só não vai resolver o problema como o vai aprofundar. Depois ficamos com uma pescadinha de rabo na boca. O público não tem investimento, por isso degrada-se. Se se degrada presta mau serviço e os profissionais fogem para o setor privado. Se presta mau serviço temos de financiar o privado para que este o substitua. E se se financia o privado não sobra verbas para o público. E se não existem verbas para o público voltamos ao início.

Como disse o presidente da Câmara na sua intervenção inicial e bem, não podemos ceder a lobbies e, neste caso, falamos dos lobbies dos privados na saúde.

A nosso ver este não é o caminho e não podem ser os dinheiros públicos a garantir o lucro dos privados em detrimento da sustentabilidade do SNS. SNS esse que tanto nos orgulhamos e tanto trabalho deu a conquistar. Por estas razões, votaremos contra.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Muito obrigado, senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Temos perante nós a deliberação de mais uma etapa do pacote de descentralização, desta vez, no que respeita à área da saúde. A Câmara Municipal de Aveiro tem vindo a aceitar diversas áreas do pacote de descentralização de forma voluntária, ou seja, antes mesmo da data em que esta situação se iria tornar obrigatória, generalizada para todos os municípios. E tem transmitido a esta Assembleia informações, que os serviços que passaram para a área da responsabilidade municipal, nomeadamente a Educação e a Ação Social, tem decorrido dentro da maior normalidade, com melhoria da sua qualidade percecionada pelos seus utentes. Isto é a prova que, em muitas áreas, a gestão de proximidade e com conhecimento do terreno e das situações reais resulta muito melhor que estão à distância efetuada por macro entidades com uma dinâmica enferrujada pela sua própria dimensão e continuam sem perceber as dinâmicas próprias de cada concelho ou região.

É evidente que, para a extrema-esquerda e esquerda radical, tudo o que for diminuir o peso da descentralização é mau. E por isso são contra. Mas como felizmente a importância destas minorias é praticamente nula há que seguir em frente.

Uma palavra de lamento, ainda antes de ter alguns considerandos específicos sobre a matéria em análise, sobre as diferentes velocidades com que as matérias da descentralização são aprovadas e postas em prática. Áreas aparentemente mais complexas, como a Educação, Ação Social ou Saúde vão sendo postas em prática. E uma área cuja complexidade é uma nebulosa, como é o caso das áreas portuárias, cuja indefinição continuar a impossibilitar a renovação da antiga lota, ou a baía de São Jacinto continua literalmente encalhada. Provavelmente os dossiers relativos ao tema ficaram esquecidos no portátil do adjunto Frederico, onde, por lapso, estariam arquivados na pasta aeroportos, fruto de uma qualquer referência a São Jacinto.

Relativamente à descentralização da área da Saúde, a sua assunção por parte da Câmara, vai levar a execução de um conjunto de compromissos assumidos pelo Governo de grande importância para o nosso município, e da região, nomeadamente o financiamento da obra de ampliação do Hospital e da nova unidade de cuidados primários de Nossa Senhora de Fátima, a reabilitação do Centro de Saúde de Aveiro ou finalmente, e foi preciso esperar décadas, uma solução para o antigo edifício do Centro de Saúde Mental.

A criação da Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro vai igualmente servir, para a gestão de proximidade já referida, promovendo a coordenação de todos os meios, de forma a permitir o aumento da qualidade e da rapidez do serviço prestado a todos os utentes. Finalmente, a criação do curso de Medicina na cidade de Aveiro, cuja decisão política foi assumida pelo Primeiro-ministro há mais de 2 anos e ainda ontem foi reafirmada pelo Ministro da Saúde em visita à Região, é da maior importância por todos. Sabemos que onde há faculdades de Medicina, a qualidade de Saúde é melhor. E vamos deixar de ter necessidade de ir a Coimbra para tirar uma espinha da garganta ou um cisco no olho. Vemos que os decisores políticos não deixam de afirmar a necessidade de novos cursos de Medicina em Portugal, nomeadamente na Universidade de Aveiro. O que já é mais difícil de compreender é a demora na tomada das decisões necessárias. O que não podemos aceitar é que, numa altura em que a falta de médicos é notória, haja quem continue a ver curto e dificultar esta necessidade premente no nosso país. Seja Ordem dos Médicos, cujo comportamento defende interesses que não são certamente dos cidadãos, seja uma entidade desconhecida para muitos, chamada Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, cujo papel deveria ser de auxílio às Universidades na procura dos melhores e mais rápidos caminhos para a criação dos cursos universitários necessários, mas cuja necessidade em dar prova de vida de vez em quando, quiçá para poder justificar a sua própria existência, leva a atraso dos cursos de Medicina que Portugal precisa, sobrepondo a sua decisão à do Governo, mandatado pelos portugueses para decidir. Disse.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Boa noite. Eu diria que são boas notícias. Já discutimos aqui a questão da descentralização do pacote de Saúde, que em tempos foi entendivelmente protelada pelo município e, portanto, nesse aspeto nada a obstar à data, a não ser agora a reafirmar, obviamente uma saudação do Partido Socialista, pelo avanço deste processo de descentralização, partindo do pressuposto que estamos de comum acordo que este é um passo importante na transferência de competências do Estado Central para as Autarquias, beneficiando obviamente uma política de proximidade.

Na altura foi entendível a não aceitação, até porque estávamos na ressaca de uma coisa chamada Covid e, portanto, estando agora reunidas as condições, obviamente nos congratulamos e votaremos a favor.

A questão que se coloca depois relativamente ao resto do tratamento deste assunto e tudo aquilo que supostamente vem atrás deste processo, não sei se é bem atrás se ao lado, se à frente, mas a ideia que perpassa é que veio atrás e, portanto, que havia aqui uma espécie de contrapartida à assinatura, para avanço dum conjunto de situações, é absolutamente irrelevante.

O que é importante é que, de facto, há aqui um conjunto de aspetos que merece o compromisso do Governo e que reforçam as competências da Saúde no concelho e na Região de Aveiro. A ULS era uma questão que já estava definida muito antes deste processo avançar e, portanto, estava a decisão política tomada. A configuração final ainda não está definida, como senhor Presidente sabe. Ainda há discussões para acertar um conjunto de aspetos e depois, obviamente, que é de saudar a questão das Unidades de Saúde e, em particular, o destino nobre, que finalmente vai ser dado ao ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo. Edifício de grande envergadura, que estou certo que reunirá capacidades para acolher as valências que lhe vão ser instaladas. Importa obviamente lembrar que há bem pouco tempo, o edifício tinha uma função bem menos nobre, para além daquela de estar abandonado, mas isso são águas passadas e estão resolvidas e, portanto, ainda bem que por aí que caminhamos.

Relativamente à expansão e requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Diria que 30 milhões, obviamente que são sempre bem-vindos, mas relativamente àquilo que eu pensaria, que estaria conectado com o projeto tal qual ele foi desenhado inicialmente, parecem-me manifestamente curtos. Não sei se o Senhor Presidente nos pode dar mais informação, mas, para além de uma coisa chamada expansão e requalificação do Centro Hospitalar Baixo Vouga, havia uma outra que estava apensa a esta, chamada Centro Académico Clínico — e onde manifestamente os 30 milhões não cabem.

Obviamente que eu podia fazer esta pergunta noutra sítio, mas estamos aqui a tratar deste assunto, e esta relação obviamente que também tem uma conexão com o resto, nomeadamente com curso de Medicina.

Relativamente à questão da Saúde, diria que é provavelmente das competências mais complexas que o município irá assumir, pela natureza dos serviços que presta e pela natureza dos assuntos que trata.

Deixaria apenas 2 notas. É que não sei verdadeiramente se na Saúde, para resolver os problemas da mesma, basta, desculpem-me a expressão brejeira “despejar dinheiro” ou aumentar o número de elementos afetos à Saúde!? É preciso essencialmente competência na gestão na área da Saúde, que é coisa que manifestamente espero que aconteça, porque ela não abunda por aí. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Mesa, e na sua qualidade cumprimentava todas as pessoas presentes e as que nos veem online. Antes de entrar propriamente no ponto, tenho duas referências a fazer, que não sendo grandes são de grande importância.

Dar os parabéns ao executivo pela abertura da requalificada rua Guilherme Gomes Fernandes e pela inauguração, hoje, de mais uma escola, a Escola Básica de Azurva.

Queria também deixar aqui um voto de parabéns a todos nós da Aliança com Aveiro e aos aveirenses que acreditaram em nós, pois ontem fez dois anos da nossa terceira vitória, de um Presidente, uma equipa e um projeto para Aveiro.

Voltando ao ponto, Proposta de auto de transferência de competências na saúde, e ao protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Ministério da Saúde, não queria diferenciá-los, foi feito, foi assinado, queremos crer por pessoas responsáveis. Direi que é talvez o acordo mais importante feito e assinado pela Câmara Municipal de Aveiro nos últimos 50 anos.

Aveiro vai ficar capacitado para dar o salto que, durante muitos e muitos anos lhe foi negado. É de referir que este acordo só foi possível devido à persistência e tenacidade, pressão, competência, bom trabalho, levado a cabo por este executivo. E que desta vez, teve dois interlocutores sérios e honestos para com Aveiro. O Doutor Manuel Pizarro e o Doutor Fernando Araújo.

Na Aliança com Aveiro, todos temos feito pressão para que algumas coisas, grandes défices na nação para com Aveiro sejam realizados. Nem sempre, nesta nossa luta, tivemos a colaboração e o acompanhamento da oposição nesta casa e em várias instituições do concelho e fora dele.

Basta recordar-nos das dificuldades do assunto da Lota. Onde sempre, repito, sempre que lá estiveram e muito bem colocados os “ilustres aveirenses” nada fizeram para aligeirar o processo. Pior, notando-se algumas vezes a sua própria oposição ou criação de problemas para que este assunto, este processo da Lota, tivesse um fim em prol de Aveiro e dos aveirenses.

Mas mudando o disco e falando de coisas boas, a Câmara Municipal de Aveiro, seguindo os desígnios da CIRA e da própria ANMP foi-se preparando. Foi-se preparando, foi-se dotando de capacidades e meios, para agora sim, poder receber esta descentralização na área da Saúde. É uma área difícil, onde o Estado tem investido pouco, muito pouco e às vezes muito mal. Os cuidados primários de saúde estão mal. Muito mal em recursos humanos e em muitos casos instalações. É um desafio, mas quero crer, que o executivo nas negociações deverá ser capaz de não se deixar enganar e de melhorar as condições em que são atendidos os nossos concidadãos aveirenses.

Por sua vez, o protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Ministério da Saúde e o diretor executivo do SNS é vital importância para a melhoria da prestação de cuidados de saúde aos aveirenses, aos cidadãos da região de Aveiro com a criação da ULS. A solução da requalificação e expansão do Hospital Infante Dom Pedro é primordial neste processo. Pois, debatendo-se o mesmo com algumas faltas de recursos humanos neste momento, debate-se com outro problema que a inexistência de espaço de livre ou desocupado. Devido à boa gestão da atual administração, pode-se dizer que as instalações do Hospital de Aveiro ou mesmo as instalações Centro Hospitalar do Baixo Vouga estão exploradas, quanto ao seu espaço, estão no limite. Hoje não há espaços ou gabinetes desocupados. As instalações estão saturadas, os espaços estão todos ocupados. É preciso tratar de recursos humanos qualificados, mas também muito espaço físico.

O Hospital cresceu muito na oferta de novos exames, tratamentos e acompanhamento de doentes. Hoje falar de ressonâncias magnéticas ou de cateterismo cardíacos é uma banalidade. Tal a frequência com que este exame e os tratamentos são feitos.

Hoje, na nossa região, quem tem um enfarte cardíaco não vai a Coimbra ou a Gaia. Hoje é tratado aqui no nosso Hospital em tempo útil. Mas isso está a trazer problemas de espaço e, por isso, foi muito importante a criação de ULS da Região de Aveiro e assegurar com investimento concreto, a expansão e requalificação do nosso Centro Hospitalar.

Por outro lado, e nos cuidados de saúde primários é importantíssimo garantir a construção da unidade de saúde Nossa Senhora de Fátima/Nariz/Requeixo. Entrou em no PRR. Garantir a requalificação do nosso Centro de Saúde de Aveiro, um edifício com maleitas desde a sua construção e com equipamentos de aquecimento inoperacionais há mais de 10 anos.

Por outro lado, era também importante garantir mais espaço e foi decisiva a construção da nova Unidade de Saúde São Bernardo, para aí colocar a Unidade de São Bernardo e serviços do Centro de Saúde de Aveiro que podem ser para lá deslocalizados e assim libertar espaço no edifício do Centro de Saúde de Aveiro.

Por isso, este auto de transferência de competências na saúde é muito mais que uma delegação de competências. É muito mais que um pacote assinado antes, pressionado depois, ou aceite por todos na devida altura. Por isso, pela persistência, resiliência, capacidade e nunca desistir, está de parabéns este executivo, pelo estabelecimento deste acordo que permitirá uma melhor oferta nos cuidados primários de saúde e uma garantia, um avanço, na requalificação e expansão do Centro Hospitalar. E forte pontapé de saída na ULS da Região de Aveiro.

Aos envolvidos, nomeadamente o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro Eng. José Ribau Esteves, ao Ministro da Saúde, Doutor Manuel Pizarro, e ao Diretor Executivo do SNS, Doutor Fernando Araújo, os nossos sinceros parabéns por este acordo, cuja concretização em muito irá elevar a qualidade da resposta das nossas instituições de saúde aos aveirenses e a quem nos visita.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, todos os presentes e aqueles que assistem a esta sessão da Assembleia através das redes sociais.

Já muito foi dito e eu só vou dar aqui uma nota muito breve, apenas para referir o seguinte: em si, o ponto é um ponto de descentralização numa área fundamental e, portanto, é positivo que a gestão deste processo passe para um nível mais próximo da realidade e, portanto, é ótimo que isto esteja a acontecer. Aliás, basta olhar um bocadinho para os mapas que aparecem no próprio protocolo, encontramos coisas como máquinas de lavar roupa, extintores, vasos de expansão, quer dizer uma panóplia de equipamentos, que imagino o que é fazer uma gestão muito centralizada de todo este tipo de equipamento que são fundamentais para o funcionamento e para a prestação de um serviço de qualidade na área dos serviços primários para os cidadãos.

E, portanto, em si, obviamente que isto é um processo extremamente positivo. E a outra nota só queria dar é exatamente fazer o contraponto daquilo que o Francisco Picado tentou desvalorizar na sua intervenção. Que é tentar fazer uma separação, como se depois todas as contrapartidas para a assinatura deste auto de transferência de competências não mostrassem claramente aqui uma dimensão de energia dedicada, de esforço ao longo destes anos todos, para, de facto, conseguido transferir para Aveiro propostas de grande valor. Algumas com décadas de atraso. Como e efetivamente é a questão da expansão do Hospital e da muito importante requalificação do ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo.

Eu quando vim em 74 de Moçambique, andei no Centro Social de São Bernardo e desde que sou gente, desde que tenho capacidade de me recordar, aquele edifício estava mais ou menos naquele estado. Portanto, passam-se décadas neste país, sem que património que poderia estar a ser utilizada ao serviço dos cidadãos está perfeitamente abandonado. E a única alteração que sofreu e passaram muitos governos Francisco, passaram executivos. O que eu quero aqui realçar, se me permite, o que eu quero realçar é que este executivo desde 2013 tem estado numa luta desenfreada para conseguir trazer estes ativos para a cidade.

E, finalmente, aproveitando esta oportunidade, conseguiu que entrasse no pacote de contrapartidas e, portanto, é um ganho para a cidade e o Executivo está de parabéns.

Espero que não seja necessário encontrar um outro qualquer pacote para que se consiga, nomeadamente transferir os antigos terrenos da Lota para a cidade de Aveiro e, de facto, transformar aquilo que é um passivo urbano, num verdadeiro ativo urbano. Obrigado.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰¹⁴

“Senhor Presidente eu não queria ser picuinhas. Mas como já duas vezes ou três, usarem um ponto sobre Saúde para falar da lota, enfim, o Senhor Presidente tem tido alguma intervenção chamando atenção para recentrar aquilo que é a discussão, aqui foi reiterada a utilização deste ponto para referir a questão da lota, que me parece para se resolver vai muito para além da descentralização.”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado uma vez que é um protesto e parte também me foi dirigido, dizer que basicamente está em causa um tema sobre descentralização e a forma como os senhores deputados consideraram pertinente ou não associar este tema com outros, é o sentido de intervenção de cada um e conforme a estratégia que assim definiu. Não me choca. Continuemos.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD— Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Senhor Presidente, apenas dizer que quem ouviu a minha intervenção percebeu claramente o sentido da minha referência à lota.”

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰¹⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Muito obrigado a todos. Enfim, em relação ao PCP e ao Bloco de Esquerda sobre esta matéria estamos falados. Não há conversa sobre isto. Quer dizer, a conversa está feita, coerência total, vocês são contra, nós respeitamos, e seguimos com o processo de descentralização que é muito importante para todos os aveirenses. Gabriel a regra de transferência de recursos humanos, só no que respeita a assistentes operacionais é idêntica à da Educação. Eles são transferidos para a Câmara, ficam nossos funcionários, somos nós que gerimos todo todos os processos das carreiras, das férias, das faltas e licenças, da contratação de novos, portanto toda a gestão. A Direção do Serviço no dia-a-dia é feita pela Unidade onde eles estão integrados. Portanto, o mecanismo é absolutamente análogo ao da Educação. No nosso caso, no nosso caso e em todo o país, faltam muitos assistentes operacionais. Porque a má gestão do Ministério da Saúde levou a que se disfarçasse essa falta que é grave com contratação de prestadores de serviço.

Mas há um problema nas regras da Saúde de cuidados primários. É que enquanto um assistente operacional, chamemos-lhe assim, do quadro faz todas as funções, nomeadamente a limpeza dos edifícios, apoio aos atos médicos e de enfermagem. Quando são assistentes operacionais de entidades externas prestadoras de serviço⁹, não podem, pelas regras em vigor, não podem fazer mais que a limpeza dos edifícios.

Malgrado depois na prática as coisas terem nunces às regras e mal seria se não tivessem. Portanto, este é o mecanismo que está e obviamente no nosso caso faremos a este nível aquilo que fizemos na Educação. É só o obviamente, aqui na Saúde falta definir que é qual é o número. É um por unidade de saúde, é um rácio por número de utentes, é a tal Portaria que falta sair para deixar isto meridianamente claro e não deixar isto com subjetividade. Obviamente é sempre possível fechar contas, mas é mais sensato até para que haja equilíbrio na oferta dos serviços ao nível do país que, como na Educação haja números, haja rácios, que fazem esta definição.

Depois com outra diferença. Nós assumimos, exemplo, faltam dez. Nós abrimos o concurso para contratar esses dez. Na Saúde faltam dez, andam anos e anos para abrir um concurso ou porque a ARS não despacha ou qualquer outra desculpa e sempre com opacidade.

Esta é outra coisa que o PCP e o Bloco não percebem é que a descentralização aumenta a transparência e a capacidade dos cidadãos de fiscalizarem. Enquanto o centralismo aumenta a opacidade. Por que é que em Aveiro não existem os assistentes operacionais que é preciso haver? Por que é que não abriam os concursos? Nem sequer conseguimos falar com quem responde porque o nosso Diretor do ACES diz, não tenho competências é a ARS. ARS responde, enviei para o Senhor Secretário de Estado. O Secretário de Estado diz, mandei a parecer do CHUC. O CHUC diz que enviou ao gabinete da Ministra. A Ministra tem de enviar às Finanças para ver se tem cabimento orçamental. É a desresponsabilização na gestão do Estado.

Connosco não. Daqui a uns tempos na assembleia de fevereiro ou de abril, responderei com meridiana clareza e não me esconderei atrás da ARS ou das Finanças. Isto é de uma diferença capital. Mas para gente comunista que acha que a Rússia e a Albânia ou a Coreia do Norte, são os grandes exemplos de gestão do país, não há racionalidade que explique tudo isto.

Há uma questão muito importante que o Jorge Greno trouxe e depois agitou-se as águas e não é preciso. Aliás, o documento faz um enquadramento dos seus primeiros parágrafos sobre a descentralização. Nós não tiramos a Saúde nem de nenhuma outra área do pacote da descentralização. E há coisas que estão a correr muito bem, repetimos sempre, o melhor exemplo do país na descentralização é a área da Cultura no Município de Aveiro. Estamos no oitavo ano, com um excelente sucesso e nota alta, nota 20.

E, portanto, é preciso dizer isto quando falamos de descentralização de Saúde. E é preciso também dizer a miséria de coisas miseráveis dum Estado, sem nada, do que é a racionalidade económica, do que é tratar do seu património, a miséria que se continua a passar na antiga Lota.

Ouçam, é duma pertinência total. Devemos elogiar o que está bem no pacote da descentralização e há coisas que estão muito bem e a Cultura ocupa o 1º lugar e há coisas que estão absoluta e absurdamente mal. E seguramente em Aveiro o pior exemplo é exatamente as Áreas Portuárias.

E, portanto, é muito pertinente falar dessa matéria neste momento, como é evidente.

Quanto à questão do Picado. O Picado pouco jeito para isto e muito menos para Administrador hospitalar e, por isso, o seu Governo correu-o. Mas dizer uma coisa que é muito simples. Estas 5 questões não são nenhum resto! Se estas questões não estivessem acordadas com a formalidade e a seriedade dos homens, não estava aqui esta proposta. Mais. Farei em Aveiro aquilo que fiz em Ílhavo na Educação. Se reiterada e comprovadamente o nosso parceiro não assumir os compromissos, devolveremos unilateralmente, com um processo em tribunal porque temos que nos defender de questões legais, as competências recebidas.

Portanto que não haja dúvida. Confio no Ministro Manuel Pizarro. Confio no Professor Fernando Araújo e, portanto, aqueles meus interlocutores que representa o Governo do país nesta matéria têm a minha absoluta confiança.

As coisas estão a acontecer, estão. E não diga mal dos 30 milhões aí na sua falta de jeito! Até hoje tivemos nem 300 mil, agora é capital termos estes 30 milhões. E quando chegar o momento, que há-de ser lá para a ponta final do projeto de execução da ampliação, e já tivermos consistência para dizer que faltam 5 ou sobram 5, ou faltam outros 30, a nossa capacidade de o dizer na fase inicial de execução do Portugal 20/30, garante hoje o nível alto de probabilidade de somarmos aos 30 o X que precisamos. Isto é da gestão normal de quem sabe de fundos comunitários, como é evidente, na oportunidade do início.

Eu não poderia dizer isto, se estivéssemos, por exemplo, se estivéssemos no 20/20 a 3 meses e poucos dias de terminar, eu não podia vir aqui dizer o que acabei de dizer.

Portanto é uma conquista da maior importância. Consigamos nós, enfim, o nossa Centro Hospitalar e a Empresa que irá ganhar o concurso, que o projeto seja feito bem e depressa, para que tenhamos condição dizer, está aqui o primeiro orçamento com sustentabilidade de um projeto adaptado, obviamente ao sítio onde vamos construir.

Não é para aqui chamado, como diria o Francisco Picado, mas vale a pena a pergunta do que é que se passa com o Centro Académico Clínico? Não tem nada a ver com descentralização, mas tem a ver com a nossa vida. Tem a ver com esta descentralização na área da Saúde em que assumimos mais responsabilidades, como as que assumimos no Centro Académico Clínico. Eu pertenço à Comissão de Acompanhamento em representação da nossa Câmara. Enfim, houve uma opção da nossa Universidade com a qual eu sempre discordei. O Senhor Reitor sabe disso. O senhor vice-reitor e meu interlocutor nesta matéria sabe disso, que foi a opção de autonomizar os 2 edifícios.

A minha opção sempre foi não autonomizar os 2 edifícios. Os edifícios têm que ter as valências na ampliação do Hospital propriamente dito a Unidade de ambulatório, Consulta Externa e do Centro Académico Clínico devem estar misturadas. Uma no rés-do-chão e no primeiro andar, outra no terceiro, outra no quarto. Para quê? Para densificarmos o poder político, de termos financiamento para uma coisa e não o truque da doutora Marta Temido, que foi dizer, essa coisa do Centro Académico Clínico não é comigo! E, portanto, eu vou tratar da Saúde e o restante é com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu não quero saber disso para nada.

Qual é o problema hoje, apesar da nossa Universidade estar a lutar, tem todo o nosso apoio, arranjar dinheiro na fonte, já que seguiu esse caminho, e eles sabem bem com toda a seriedade e espírito de equipa como trabalhamos, que nós discordamos do caminho. Mas agora que o caminho foi esse estamos na luta com a Universidade. Obviamente, que têm todo o nosso apoio para arranjar financiamento naquela dimensão da Ciência e Tecnologia aplicada à saúde.

Portanto é neste quadro que as coisas estão em desenvolvimento. Sabendo que o nosso Centro está a trabalhar, tem trabalho muito relevante, tivemos uma importante reunião antes das antes das férias do Verão e, portanto, é um trabalho liderado pelo vice-reitor professor Artur Silva. Mas, obviamente, falta aqui o passo fundamental da coisa física, para que o Centro possa desenvolver o seu trabalho e possamos tirarmos proveito, nós comunidade, pela capacitação do Hospital de investigar, de investigação aplicada, etc, de termos um Centro Académico Clínico que é um instrumento da maior importância. Também na dimensão regional, não esquecer que ele é liderado pela nossa Universidade e é participado pelos Hospitais de Aveiro, Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Santa Maria da Feira e de Gaia e isto tem uma importância política e geopolítica da maior relevância.

Uma nota apenas para o que disse o Manuel Prior e os colegas autarcas do partido social democrata, obviamente, este é um passo muito importante. Custa, como normalmente as coisas importantes custam, mas pronto. É preciso também ter interlocutores do outro lado que percebam a conversa. E nós fazemos negociações. Aqui não há e eu não uso a palavra contrapartida, que o Filipe utilizou e que o Francisco usou. Eu não uso essa palavra. O senhor usou a palavra contrapartida. Não, eu não uso essa palavra. Nós fizemos uma negociação e um acordo.

Eu acho que todos nós já temos idade suficiente e experiência de vida, para saber o que é uma negociação e no quadro de uma negociação um acordo. Nada é resto de nada, nada é secundário em relação a nada. Isto é uma operação que tem este acordo.

Tomara eu se eu mandasse sozinho, não estava nada disto aqui. Já estava o hospital construído, já estava a medicina a funcionar. Mas não sou. Sou Presidente da Câmara de

Aveiro, não tenho o poder de mandar. Tenho o poder de influenciar politicamente de fazer acordos com negociações de base. Eu gostava de um acordo melhor, sim. O Senhor Ministro também, sim. Mas para fazermos os dois um acordo temos que o fazer com, enfim, a raiz quadrada, deixem-me usar essa expressão, das duas posições. E devo dizer que é muito duro negociar que o Ministro Manuel Pizarro, que é um negociador, enfim, muito intenso. Mas é muito fácil porque as coisas são, sim, sim, sim, não, não. Isto fazemos e isto não. E, portanto, tem uma facilidade enorme sobre aquela malta que enrola e a gente vai na 30ª reunião e parece que está na segunda. Com o Ministro Manuel Pizarro de facto as coisas não são assim. Para tirar uma dúvida, não é preciso marcar uma reunião, chega um telefonema.

Uma coisa, com dizia a presidente Catarina Barreto, esta coisa do lá vai um, neste caso lá vai a Junta, isso acabou. Um dos erros da má gestão do Governo do país, deste e dos que lá vão atrás, é alguém ir fazer o seu trabalho! Isto é como quem educa meninos. E, portanto, se não tem vassoura, não é a Junta que paga uma vassoura ou a Câmara, fazem favor de comprar a vassoura. Ah, não me dão dinheiro! Exija. Façam uma manif. Então não se fazem manif para tantas coisas. Portanto esta coisa do lá vai um, e ir fazer o trabalho que não é meu e usar o meu orçamento. Quando ei cheguei à Câmara a gente fazia tudo a toda a gente! Limpar o quartel da policia, montra a árvore de Natal no Tribunal, as coisas mais simples e mais absurdas que possam imaginar. Eu acabei com isso tudo no primeiro ano com um argumento muito simples “não temos orçamento”. Aí o nosso é curto, também o meu é curto. Ainda por cima tínhamos a miséria que tínhamos.

Desculpem, lá. Cada um faz a sua coisa. Não tenho que fazer nada que não é da minha responsabilidade. O Estado é o Estado. Temos funções entregues a cada um de nós. Portanto, esta coisa do lá vou eu fazer o trabalho dos outros, connosco não existe.

E, também, nesta área da saúde é mais uma preocupação porque depois a malta fica um bocado à rasca. Mas em democracia e em gestão, dizer que não, têm a mesma dignidade, quantas vezes muito maior importância do que dizer que sim. Porque o Orçamento do Ministério da Saúde é centenas de vezes superior ao Orçamento da nossa Câmara e das nossas Juntas todas somadas.

E, obviamente, há problemas de gestão na Saúde, toda a gente os conhece. E daí a reforma das ULS é um contributo, resolverá tudo isto? Seguramente que não. Mas acreditamos, o Governo e eu também, que é um mais um instrumento para se poder melhorar, reformar de forma relevante a qualidade do serviço. Agora irmos lá fazer o trabalho deles, não. Nós vamos fazer o nosso trabalho e como equipa cooperamos, mas não vamos fazer o trabalho dos outros. Eu sou contra as Câmaras que se põem a pagar a Médicos, que se põem a pagar a enfermeiros. Eu sou contra. Os portugueses pagam impostos e tem uma Unidade do Estado que se chama Ministério da Saúde. Não somos nós, só porque é simpático para o eleitorado. Toda a gente é simpática. Mas o Estado tem que ser educado como quem educa meninos. Cada um faz aquilo que tem que fazer. Cada um governa a fatia de Orçamento que tem na sua mão, sabendo que a do Estado Central é muito maior que a nossa. Há uma diferença enorme. Em regra, os municípios e as freguesias portuguesas, são bem geridas e o Estado português está muito longe, muito longe, a administração do Estado, de atingir patamares de qualidade elevada de gestão. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Senhor Presidente, só para lhe dar nota que ao fim deste tempo de convivência na Assembleia Municipal, fico sempre satisfeito quando reage às minhas intervenções de forma

como reagiu, mesmo recorrendo a reiteradamente à mentira, como voltou a fazer. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[020](#)

“Senhor Doutor, é sempre um gosto a dialética política consigo ou com quem seja, com quem for. Não fui eu que o escolhi para vir para aqui, mas quem está cá tem a minha deferência e a consideração política. O que não deixa espaço limitado à diferença de opinião. E só lembrar, que quem não o reconduziu como Administrador do nosso Centro Hospitalar não fui eu, foi o Governo do país que nomeia o conselho de administração.

Eu sei só parte da história, nem sequer a sei toda. Sei só parte e do seu percurso de má performance como administrador, mas eu só sei parte.

Agora há uma verdade, isto não é mentira. Por mais que lhe doa e é a vida. O Governo do país (ouvem-se vozes)... Eu estico-me o que eu quiser porque eu sou um democrata e responsável. Responsável. O Senhor voltou mais mal-educado do o que era. O Senhor voltou mais mal-educado do o que era. Nem agora que é Diretor de um Departamento importante da nossa Universidade, melhorou na sua má educação.

Espero que melhor. Você é quem é. Só lamento que pessoas tão mal-educadas assumam responsabilidades como aquela que assumiu. Fica a minha nota.

Terminando, esperando que baixe a sua excitação. Não se cala!...

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, como sabe as regras são intervenção a intervenção. Os tempos e as sequencias estão predefinidas. Agora está no uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara, não há lugar a diálogos diretos. É assim que as coisas funcionam. Uma Assembleia tem de ter um conjunto de regras. Isto não é uma conversa de café em que as pessoas falam umas sobre as outras e respondem na hora. Aqui temos que ter regras e é assim há séculos, diria.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[020](#)

“Gostava só de terminar, só lembrando que, quem não reconduziu o Doutor Francisco Picado como Administrador do nosso Centro Hospitalar, foi o Governo de Portugal liderado pelo Dr. António Costa, sustentado na maioria parlamentar do Partido Socialista. Só para dizer que eu não menti, porque eu não minto. É uma questão de princípio. Esta é a verdade objetiva por mais que doa, seja quem for, nomeadamente a quem dói muito que é o Francisco Picado. Mas é a vida.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de Auto de Transferência de Competências na Saúde, sendo a proposta aprovada por maioria⁰²¹, com trinta e dois votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS6+PAN2), zero abstenções e três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Marta Dutra (PAN):[022](#)

“Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção.”

Ponto 4 – Apreciação e votação das propostas de desafetação do domínio público municipal:

- a) de parcela de terreno situada na Rua São João da Cruz;**
- b) de parcela de terreno situada nas Agrads do Norte;**

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 06/09/2023 sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²¹ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

“Este é um ato político, como são todos os atos da assembleia municipal, mas aqui para tratar de uma questão administrativa muito simples, que é para nós alienarmos 2 pequenas parcelas por força do processo de licenciamento de obras particulares. Elas são do domínio público, tem que ser desafetadas para ir ao domínio privado, para que nós possamos alienar. São questões do Procedimento Administrativo, não há em nenhuma delas qualquer questão de outra relevância que não esta. No entanto, alguma questão estarei obviamente ao dispor.”

Membros da Assembleia

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Obrigado senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes. Do ponto de vista formal não vemos nenhuma objecção ao processo. No entanto, relativamente ao terreno nas Agrads do Norte, do ponto de vista ético que temos algumas reservas.

Se o terreno for urbanizado e vendido para construção será digno que os anteriores proprietários perceberem que o terreno valorizou, por exemplo mais de 100 vezes com a eventual alteração do PDM, sem terem tido oportunidade de o reaver? Podem dizer que isto são questões do foro privado, no entanto, não podemos ficar calados, se mesmo dentro da legalidade, vemos processos menos claros. Não podemos ser meros espectadores nisto.

O que o Presidente pode adiantar deste processo sem ferir a privacidade dos intervenientes, ou existe algum impedimento à construção. Para além do PDM, por exemplo, existe algum corpo de água relevante no terreno?”

Vogal João Labrincha (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

“Relativamente à parcela de terreno situada na rua São João da Cruz, sendo uma parcela minúscula é simbólica e com um simbolismo gigante. É mais umas das muitas investidas deste executivo contra o património público. Ora, Portugal tem apenas 2% do parque habitacional gerido pelo Estado. Nos Países Baixos e na Áustria, esses conhecidos expoentes do marxismo-leninismo, mais de 30% da habitação é pública.

Em Aveiro (estou a ser irónico, obviamente não é) em 5 anos, os preços da habitação duplicaram e ainda assim, continuamos a desfazer-nos de património do Estado, demitindo-nos de intervir numa bolha imobiliária que comprova que a lei da oferta e da procura não funciona. O mercado não funciona.

Se não vejamos. A nível nacional no último ano os preços aumentaram 8% e a procura diminuiu 23%. A lei da oferta e da procura totalmente invertida. Se isto não é uma bolha, não sei que outros nomes lhe querem dar. Sendo uma bolha é trágica. Hoje, para quem

precisa de casa e porque as bolhas rebentam e quando isso acontece, dão-se consequências catastróficas. O atual executivo ficará para sempre na história como um dos principais responsáveis pelas consequências que aí virão mais tarde ou mais cedo.

Relativamente à parcela de terreno situada nas Agrads do Norte. Gostaríamos de saber qual a razão da venda e se vamos vender um terreno público para ser o Jardim dos privados que moram ao lado? Há alguma garantia de que este será usado de forma produtiva? Não há, nem pode haver, porque será alienado sem condicionalismos. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁸

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“O PSD irá votar favoravelmente, pois trata-se de processo de duas parcelas de um processo administrativo ao qual nada temos a opor, pelo contrário.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Muito obrigado. Ao Pedro e em especial ao Labrincha e tirando as questões ideológicas dessas vossas maluqueiras contra tudo o que é privado. Obviamente que a opção que fazemos é uma opção ética como é lógico. E diz o Pedro, é possível que um dia se mude o PDM e nesta parcela das Agrads se possa construir? Tudo é possível. O PDM pode mudar tudo (estou a exagerar como é evidente) mas, portanto, é possível, é possível. Mas é também por isso que os cidadãos proprietários, os organismos do Estado, quando se abre um processo de PDM, tem 2 consultas públicas formais, uma de início e uma no fim e, obviamente, depois os procedimentos de relação com a Câmara e com as entidades que bem quiserem, para garantir seriedade. Se nós hoje vamos vender este terreno nestas condições sem capacidade construtiva, como bem diz está no PDM e daqui a x anos há uma alteração ao PDM e lá se pode construir seja o que for, a pessoa que vai fazer uma mais-valia em relação à pessoa a quem comprou, é seu direito dizer, esperem aí, vocês estão a gerar uma mais-valia sobre o meu ex-terreno onde eu não pude lá obter essa mais-valia.

Portanto os instrumentos legais são instrumentos legais. É evidente que aqui Pedro, enfim, o futuro a Deus pertence, como é lógico e o que é que vai ser o próximo PDM. A parcela é tão exígua e a inclinação do terreno naquele sítio é de tal ordem que, imaginar edificabilidade é possível porque a engenharia faz tudo e mais alguma coisa, mas, sinceramente.

Porque é que nós alienamos? Aquilo que o Labrincha dizia, transformar um terreno público num jardim privado que é, posso aceitar a expressão como boa. Aquilo é um terreno público, enfim, que só nos dava trabalho, chatice. É pequenino, tem inclinação, crescem ervas, de vez em quando para aquilo estar bem lá temos que ir. E há alguma perda para o erário público entregarmos isto para um jardim privado que, em princípio, cuida. Se não cuidar, lá estamos nós a dizer ao privado, ó camarada tem que cortar a erva.

Portanto é neste quadro que as questões são colocadas. Quanto ao outro terreno, independentemente de haver algum erro que eu sinceramente vi o processo e não detetei, mas, como compreenderão, confio nos serviços e, eventualmente, pode não ser um erro, podem é ser uma falta explicação de enquadramento.

Uma das questões que se colocou foi, espera aí, nós aceitamos isto e vendemos esta tira ou nós não aceitamos isto e a fachada do prédio têm que ir para trás da nossa tira! Que era uma solução que tínhamos. E qual foi a decisão de dizer, nós vendemos esta tira. Foi exatamente para que a construção que está a ser edificada possa fazer o seguimento de alinhamento de fachada e de galeria que tem de um lado e do outro. E daí, enfim, se houver algum erro, obviamente, tem a nota de enquadramento global, mas não é exatamente isso

que interessa. É apenas deixar nota, porque nós quando discutimos isto, discutimos porque havia dúvidas e, obviamente, quando vamos, lá toda a gente conhece o sítio, olha para aquilo e obviamente que aquele terreno faz a ligação aos outros 2, deve ter uma construção na mesma tipologia de cércea, de implantação de fachada e de galeria no rés-de-chão. Portanto foi neste quadro que tomámos esta opção, que entendemos que é boa. Não é a questão, queremos vender a parcela, não é exatamente isso. Entendemos que o desenvolvimento urbano naquela parcela deve seguir a lógica que temos nas 2 parcelas adjacentes. De qualquer maneira tomei nota da chamada de atenção para verificar que os serviços só para o processo estar como deve ser, como é como é evidente. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 4 – Apreciação e votação das propostas de desafetação do domínio público municipal:

- a) de parcela de terreno situada na Rua São João da Cruz, sendo a proposta aprovada por maioria⁰³¹, com vinte nove votos a favor (PSD18+CDS5+PS6), quatro abstenções (CH1+PAN2+PCP1) e dois votos contra (BE2).**
- b) de parcela de terreno situada nas Agrads do Norte, sendo a proposta aprovada por maioria⁰³², com vinte nove votos a favor (PSD18+CDS5+PS6), quatro abstenções (CH1+PAN2+PCP1) e dois votos contra (BE2).**

Não houve declarações de voto.

Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “carta municipal de habitação e criação do conselho local de habitação”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³³ ao deputado do CHEGA para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação.

Vogal Gabriel Bernardo (CH):⁰³⁴

«Recomendação

Carta Municipal de Habitação e Criação do Conselho Local de Habitação.

O problema da habitação em Portugal ganhou especial destaque recentemente devido ao aumento significativo dos preços dos imóveis e ao aumento das taxas de juro. A habitação adequada é um direito reconhecido na Constituição da República Portuguesa (artigo n.º 65); no entanto, exercer este direito em Portugal tem-se tornado uma tarefa cada vez mais difícil para muitos portugueses.

Nas principais cidades, a procura por habitação supera em muito a oferta, levando a um aumento significativo nos preços de venda e de arrendamento dos imóveis. À semelhança do que acontece em outras capitais de Distrito, encontrar habitação adequada e acessível em Aveiro é um entrave para muitos Aveirenses, tornando difícil para famílias permanecerem no concelho. É por isso necessário avaliar e aperfeiçoar as políticas de habitação existentes e, possivelmente, implementar novas medidas para enfrentar este desafio e garantir que as famílias tenham acesso a habitação adequada e acessível.

Através do artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de Setembro), é criada a “Carta Municipal da Habitação”. Este documento visa refletir a visão dos municípios sobre as necessidades habitacionais, tornando-se dessa forma um instrumento importante para o planeamento e ordenamento territorial no âmbito da habitação.

A elaboração da Carta Municipal de Habitação exige a realização de um diagnóstico das

carências habitacionais na área do município, a identificação dos recursos habitacionais e das potencialidades locais, bem como o planeamento e ordenamento prospetivo das carências resultantes do desenvolvimento de novas atividades económicas no concelho. Adicionalmente, é necessário definir estrategicamente os objetivos, prioridades e metas a alcançar durante o período de vigência da Carta.

Em resumo, a Carta Municipal de Habitação é um importante instrumento para promover políticas habitacionais eficazes e inclusivas, visando a redução das carências habitacionais, integração de comunidades desfavorecidas e promoção da coesão territorial. É importante que o município de Aveiro desenvolva e implemente a sua própria Carta Municipal de Habitação.

Também através do artigo 24.º, a Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019 de 3 de Setembro) estabelece o “Conselho Local de Habitação”, permitindo às Autarquias Locais criar tais conselhos a nível local. O Conselho Municipal de Habitação é um órgão consultivo da Câmara Municipal, que reúne as diversas forças políticas do concelho, entidades com património imobiliário habitacional, agentes do sector e da sociedade civil. O seu objetivo é criar um espaço privilegiado de discussão, informação e comunicação entre os vários parceiros sociais envolvidos no sector da habitação em Aveiro. A colaboração e o trabalho conjunto dessas entidades é importante para garantir uma gestão mais eficaz da política habitacional da cidade e para assegurar a resolução dos respectivos problemas habitacionais.

Com a criação do Conselho Local de Habitação, pretende-se garantir a transparência e efetiva participação de todos os sectores da sociedade na criação e implementação de políticas e medidas destinadas a garantir o direito à habitação, consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa.

Face ao exposto o Grupo Municipal do Partido CHEGA, recomenda que a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião ordinária de Setembro de 2023, delibere:

- 1. Se proceda às iniciativas e diligências necessárias para a rápida elaboração, finalização e implementação da Carta Municipal de Habitação de Aveiro;*
- 2. Que o executivo municipal tome as diligências necessárias para a criação do Conselho Local de habitação de Aveiro.»*

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP)⁰³⁶

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Para o PAN é premente a necessidade se definirem políticas habitacionais efetivas a nível nacional e local. Aveiro não está imune a este debate. Pelo contrário, nos últimos anos, temos assistido a um aumento do custo de arrendamento e venda de habitação em Aveiro, o que coloca sérias dificuldades às famílias.

Sobre a lei em causa, pode ler-se no seu artigo segundo, que todos têm direito à habitação para si, para a sua família, independentemente da ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde.

Isto é algo que está longe de ter sido alcançado no nosso país. No artigo 22º sobre a carta municipal de habitação, esta lei estabelece o seguinte: a carta municipal de habitação é aprovada pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, auscultados os órgãos das freguesias e após consulta pública, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Ora, o Chega recomenda que a Assembleia Municipal ‘delibere proceder’ e passo a citar «às iniciativas e diligências necessárias para a rápida elaboração, finalização, implementação desta Carta», mas não compete à Assembleia Municipal elaborar esta carta municipal de habitação. Poderá isso sim, recomendar ao executivo. Logo não nos faz sentido a proposta ser apresentada desta forma, a não ser que o Chega decidida alterá-la. Nem a lei permite que assim seja. Logo esta formulação deverá constar também no ponto 2, para a criação do Conselho Local de Habitação em Aveiro. Disse.”

Vogal João Labrincha (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

“Esta recomendação é um daqueles fogos de vista a que o Chega já nos habituou, quando se trata de recomendações e de outras propostas inócuas. O Chega faz declarações populistas para agradar aos ouvidos dos eleitores. Quando se trata de legislação e de propostas e de medidas concretas o Chega vota em sentido contrário do que antes vinha defender, juntando-se aos partidos neoliberais, no desmantelamento do Estado social. Neste caso ainda é mais surreal de tão inócua que é a recomendação. O Chega propõe que a câmara faça a carta municipal de habitação que já está legalmente obrigada a fazer! E o mais incrível é que esta carta terá que conter a estratégias políticas concretas a implementar para habitação, mas sobre isso chega diz zero.

Pede apenas ao executivo PSD que a faça com bem entender. Assume assim a sua submissão, a submissão do Chega ao PSD que, na minha opinião, sendo o Chega a cisão fascista do PSD, não me admira. Nada de novo, pelo contrário, como tudo no Chega cheira a mofo. Além disto, é sempre uma anedota, eu também me riu muito, é uma anedota ver o Chega a citar a Constituição da República e os Direitos aí consagrados. Obviamente, votaremos contra, porque o BE tem propostas concretas. Mais habitação pública para controlar a especulação galopante e para disponibilizar a quem mais precisa, para que seja claro, não defendemos só a necessidade de mais habitação social e a custos controlados. Defendemos habitação pública em larga escala para a classe média que hoje se vê impedida de aceder ao mercado e hiper inflacionário e hiper especulativo da habitação no mercado privado. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[039](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos aqui a falar sobre habitação a propósito aqui da necessidade do Chega cavalgar a onda e também mostrar que está por aqui. Mas convém dar alguns dados, porque fala-se muito, aparentemente sabe-se muito pouco.

Uma notícia desta semana vemos que foi o concelho de Aveiro, foi a nível nacional dos concelhos que mais aumentou o seu parque habitacional dos últimos 5 anos. Aumentou cerca de 1700 unidades dentro dessa ordem de grandeza. Por outro lado, e olhando para os dados da construção, vemos que neste século, atingimos o máximo de unidades, nova construção, apartamentos, casas, seja o que for, de 120 mil no ano 2002. Daí para cá temos vindo a descer e tivemos a partir de 2013, 13 mil, 8 mil, 7mil, e depois 17 e 19 até 2021. 1000 unidades novas construídas em todo o país, comparando com 2002 onde se construíram 120 mil.

Por outro lado, há aqui um fator não negligenciável e de que ninguém fala (estes números são da região de Aveiro), de por que é que resulta a necessidade de casa. Por um lado, o aumento da população, o que é evidente. Mas por outro lado, se eu vos disser que em 1981, o número médio de pessoas por agregado familiar era de 3.7 e agora em 2021 é de 2.5. também se percebe a necessidade de haver mais casas. E, portanto, estamos aqui com uma tempestade perfeita. Há necessidade de mais casas, porque composição tradicional das

famílias mudou. Constrói-se cada vez menos. Mas mesmo que houvesse os terrenos para construir, onde é que estão os construtores? Onde é que estão os operários para trabalhar nessas obras, para poder construir? Como é que se resolve esta equação.

E estes Partidos que vêm com um discurso muito redondo, muito bonito, dos Direitos e Garantias da Constituição, digam onde é que estão os trabalhadores. Porque se disserem, certamente que as empresas de construção têm emprego para eles. Terrenos continua a haver. O problema é uma questão básica de mercado, que os senhores não percebem, mas, enfim, estudem. Havendo uma maior oferta o preço baixa. Está estudado há dezenas, centenas de anos.

Não há uma solução muito menos imediata para este problema. E aquilo que se passa em Aveiro, por um lado, é o que se passa em todo o país, por exemplo, a região de Lisboa deste problema do agregado familiar ainda mais grave. A diminuição de pessoa por unidade familiar, mas é a realidade do país. Não há solução, enquanto não houver mão de obra suficiente na indústria de construção. Este é o ponto de partida base. Havendo mão de obra certamente que a médio prazo, porque ninguém vai construir casas em meia dúzia de meses, isto não como os vídeos que vemos no youtube, daquelas torres da China que se constroem depressa e ao primeiro abanão, não é preciso um tremor de terra, são capazes de abrir rachas por todo o lado. E nós cá em Portugal não queremos esse tipo de construção, gostamos de estar confortáveis e com segurança nas nossas casas. Quanto à proposta, obviamente, votamos contra.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu confesso que antes de abrir a proposta, pensei que que a mesma vinha do Bloco de Esquerda. Como o processo é semelhante do ponto de vista de trazerem alguns elementos que são absolutamente inócuos “recomendando à Câmara aquilo que é óbvio”. Esta questão da carta da habitação já foi trazida aqui várias vezes pelo Partido Socialista e, portanto, enfim, não vemos relevância na apresentação da mesma, porque efetivamente não traz nenhum benefício acrescido para aquilo que é o problema da habitação a não ser marcação de posição política, enfim, que vem sendo às vezes usual nestas assembleias. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“O Chega pede que se proceda à iniciativa e diligências necessárias para a rápida elaboração e finalização da carta municipal de habitação social e que o executivo tome as diligências necessárias para a criação do Conselho Local de Habitação.

No PSD entendemos que, quando a legislação sobre a habitação e as suas normas forem publicadas naturalmente e queremos crer que a Câmara Municipal irá seguir o seu trabalho que já iniciou e apresentará o seu documento. Por isso é uma proposta precipitada e fora de tempo. O PSD votará contra.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[042](#)

“Senhor Presidente, só para dar uma informação. Nós suspendemos, não daremos seguimento ao processo que estávamos a desenvolver a Estratégia Local de Habitação, decidimos que essa era essa, aliás, não faltam notícias no país desde que começou o processo, conhecido pelo pacote “Mais Habitação” de Câmaras que suspenderam a sua estratégia. E, portanto, aguardamos, enfim, não estou exatamente a aguardar a publicação dos diplomas. Estou a aguardar apenas ter acesso às versões finais que saem da Assembleia

da República, pois agora o Senhor Presidente da República já só tem que promulgar e depois é publicação no Diário da República, para nós, a luz do pacote completo, lançarmos este processo da Carta Municipal da Habitação, com muita urgência.

Nós queremos continuar a criar condições para que o Alojamento Local se licencie no município de Aveiro e, para tal, se a lei vier com a última versão que eu a vi, precisamos de Carta Municipal de Habitação aprovada, com entrada em vigor, e nós queremos.

E há todo um vasto conjunto de operações na área da habitação que queremos colocar nessa estratégia. Deixando outra vez clara, embora com o pacote “Mais Habitação” vai ficar mais claro, nós não queremos ter uma Carta Municipal de Habitação ou ter uma estratégia local de habitação, por causa do “Primeiro Direito”.

Nós queremos ter uma estratégia e uma Carta, por causa de termos instrumentos que nos ajudem a gerir melhor. Aquela coisa de que vamos rapidamente ter uma estratégia porque queremos ir ao “Primeiro Direito” para fazer aquela coisa que andam para aí a, enfim, uns a fazer pouco e outros a achar que vão fazer, e de facto a capacidade construtiva é baixa, como ainda agora alguém disse, não vai permitir infelizmente. E, portanto, depois quando trouxemos essa matéria cá, e repito, queremos fazer uma Carta e uma Estratégia. É uma peça com duas componentes. Mas queremos fazê-la muito rapidamente, muito rapidamente. Traremos também nesse dossier, matérias muito importantes ligadas à habitação a custos controlados e ao alojamento de estudantes universitários. Portanto são duas matérias importantes, nas quais temos trabalhado bastante, mas que queremos tenham lugar especial na nossa estratégia, na nossa Carta. Sabendo que, deixando claro isto, nós vamos continuar a apostar no setor privado que, de facto, tem as performances, o Jorge deu os números que partilhou, porque são o que são. E eles estão acessíveis no site do Instituto Nacional de Estatística e pronto. Estamos no bom caminho.

Mas há um processo em curso que temos que respeitar, pronto. Teve as interações que teve, o veto do Presidente da República, a demora imensa na produção legislativa, mas pronto, obviamente agora ficamos com o pacote completo para colocarmos de forma complementar várias questões de política municipal, àquele que vai ser o quadro legal do país.

Nós vivemos neste país, ele tem um quadro legal e, portanto, a nossa política nestas matérias, como em tantas outras, tem que se encaixar nesse mesmo quadro legal.

Portanto deixar essa informação à Assembleia Municipal. De resto, é uma mera opinião, não acho que seja útil um Conselho Local de Habitação! Sinceramente não acho que seja útil, mas isso é uma opinião, não é exatamente o mais relevante aqui. O mais relevante nesta minha palavra aqui é dar um ponto de situação e apresentar perante a Assembleia o caminho que já estamos a preparar, mas que formalizaremos ato imediato à entrada em vigor do pacote “Mais Habitação” agora que o processo terminou, com a confirmação na Assembleia da República dos diplomas que foram votados. O Senhor Presidente da República, quando lá chegarem, só tem que os assinar e a seguir para publicação no Diário da República.

Logo que nós tenhamos as versões, vamos começar a trabalhar, porque obviamente as versões que saem da Assembleia já não vão ser mudadas e, portanto, poupamos para aí um mês ou mês e meio e para darmos ritmo ao nosso trabalho. Era esta a informação que eu queria partilhar com a Assembleia. Muito obrigado.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Relativamente à senhora Marta Dutra do PAN, de facto, se calhar aqui nós nas propostas começámos o número com “proceder às iniciativas”. Reconheço que, se dissesse “a Câmara Municipal. Aveiro procede às iniciativas”, mas subentende-se.

O ponto dois diz que o executivo municipal “tome as diligências”. Portanto é muito claro. De qualquer modo, não houve mais nenhum partido que não tenha percebido a clareza das propostas. E, aliás, o senhor do Bloco de Esquerda foi claro a dizer que nós estamos a propor que a Câmara Municipal proceda estas duas iniciativas.

Relativamente ao senhor do Bloco de Esquerda, só lhe vou dizer que o CHEGA é um Partido Democrático, respeitamos a Democracia e a Constituição nos moldes em que ela está escrita. Portanto, nada mais vou acrescentar.

Depois noto aqui, foi curioso ver os diferentes tons de reação. As reações do CDS, o senhor Jorge Greno e do PSD. O senhor Jorge Greno diz não, mas de uma forma destrutiva, nota-se, eu compreendo os motivos, compreendo os motivos. Diz aqui que estamos a cavalgar uma onda e fala aqui que houve um grande acréscimo do parque habitacional em Aveiro. Mas segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, por exemplo, em 2022, o número de licenciamentos em Aveiro fica bem bastante abaixo de outros municípios, também semelhantes, como Vila do Conde, Figueira da Foz, etc.

Portanto, algum problema há ao nível agilização. Portanto é necessário agilizar os licenciamentos de construção de habitação nova e de restauro de habitações degradadas.

Depois, o senhor Jorge Greno também diz que há falta de mão de obra e as empresas não querem investir. Isso não é bem assim. Baixem mais os impostos. Os impostos se a Câmara Municipal tiver uma política mais agressiva de baixar os impostos municipais ligados ao setor da habitação, será um estímulo para as empresas construírem mais e virem alguma maior rentabilidade e o maior estímulo nos investimentos que fazem.

Para finalizar e respondendo ao senhor Manuel Prior diz que é precipitado e fora do tempo! Bem, eu relembro que em Lisboa, o Carlos Moedas, do seu Partido, já avançou com a carta municipal de habitação.

Pronto, era isto que eu tinha para dizer. De qualquer modo, olhe, viva Democracia. A Assembleia vota contra, viva a Democracia. Tenho dito.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁴ Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação “carta municipal de habitação e criação do conselho local de habitação”, sendo a proposta rejeitada, com trinta e um votos contra (PSD18+CDS5+PS6+BE2), três abstenções (PAN2+PCP1), e um voto a favor (CH1).

Seguiram-se as declarações de voto:⁰⁴⁵

Vogal Marta Dutra (PAN):

“Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção.”

Vogal Francisco Picado (PS)

“Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção.”

Ponto 6 – Apreciação e votação da Moção “Por medidas excecionais para responder à emergência de falta de residências universitárias em Aveiro”.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴⁶ ao deputado do BE para fazer a apresentação da Moção.

Vogal Rui Faria (BE):⁰⁴⁷

«Moção

Por medidas excecionais para responder à emergência de falta de residências universitárias em Aveiro.

A Universidade de Aveiro é fundamental para o município, para o desenvolvimento do país e de uma sociedade mais igualitária. O ensino universal e gratuito foi uma conquista fundamental da revolução de 25 de abril. Foi esta alteração que permitiu à classe trabalhadora aceder ao ensino e ao país recuperar de um atraso estrutural de qualificações quando comparado com a generalidade dos países europeus.

No entanto, fora do ensino obrigatório, a gratuitidade não é aplicada. E, no atual contexto, com o disparar do preço da habitação, o acesso ao ensino superior para estudantes deslocados tornou-se proibitivo. Há quem desista de estudar por causa do preço dos quartos. O ensino enquanto fator de igualdade está a ser ameaçado. A situação é agravada porque o governo se recusa a intervir decisivamente no mercado habitacional, contribuindo assim para a aceleração dos preços.

A Universidade tem cerca de 18.000 estudantes, em que mais de metade está deslocada. Nos últimos 5 anos, o preço de um quarto quase duplicou em Aveiro, situando-se agora entre os 320 e os 350 euros mensais. Adicionalmente, e segundo a Associação Académica, vários estudantes vêm-se ainda mais penalizados já que muitos senhorios não passam recibo pelos quartos arrendados.

Atualmente a Universidade de Aveiro tem 17 residências com mais 800 camas, mas só 170 estão disponíveis para o início deste ano letivo. Estão em curso os procedimentos para a construção de mais 5 residências da Universidade num total de 320 novas camas, num investimento público de 12,5 milhões de euros. Este esforço é de salutar, mas ainda assim é insuficiente até porque as residências atuais foram remodeladas e o número de camas foi reduzido em 170. Além disso, as novas residências só estarão prontas daqui a 2 anos, não tendo, portanto, impacto no imediato.

Da parte da Câmara Municipal de Aveiro existe a recusa de políticas públicas para residências universitárias. Na realidade, até se tem verificado uma política de sentido contrário com a venda de terrenos públicos integrados no campus para a construção de residências universitárias privadas. Da experiência de outras cidades portuguesas pode-se concluir que as residências privadas não trazem concorrência para fazer baixar os preços, mas sim apresentam preços mais elevados que os anteriormente existentes.

Verifica-se assim uma situação de emergência com impacto profundo na vida de vários estudantes, em particular dos que provêm de famílias com menores rendimentos. Exige-se assim medidas excecionais de resposta urgente ao mesmo tempo que se preparam e implementam as medidas estruturais para resolver o problema, para além da necessária intervenção estatal no problema habitacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida na sua sessão ordinária de setembro de 2023, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera recomendar à Câmara Municipal de Aveiro:

1 - Defender junto do Governo a construção de mais residências universitárias para a densificação da oferta pública de qualidade e a preços controlados a estudantes da Universidade de Aveiro.

2 - Defender junto do Governo medidas de emergência para responder no curto prazo ao abandono estudantil devido ao preço da habitação, mobilizando edificado público que possa ser utilizado, rapidamente reconvertido, para residências ou ainda protocolando ou requisitando camas ao sector turístico para responder a esta emergência.

3 - Enviar esta moção ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e ao Ministério da Habitação.»

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

“Senhor Presidente, para dizer que iremos votar no que está inscrito, sobre a referida moção.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

“Senhor Presidente esta moção está carregada de ideologia, sempre a atacar o setor privado. O setor privado é o culpado de todos os males. É assim, isto é, duma demagogia absolutamente incrível. O Bloco de Esquerda esteve seis anos a suportar uma geringonça e não fez nada pela habitação! E agora está a querer usar a Câmara Municipal de Aveiro para mandar recadinhos aos seus anteriores parceiros. Não faz sentido nenhum isto. O único problema de habitação que o Bloco de Esquerda algum dia resolveu, foi o problema de habitação do seu filiado Ricardo Robles. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

“Muito obrigado, senhor Presidente. Estamos de acordo no seguinte: ninguém deveria desistir de estudar por não poder suportar os custos de habitação. Infelizmente, essa tem sido uma realidade para muitos jovens no nosso país. Neste momento, temos conhecimento de três jovens que chegaram Aveiro e, ao invés do prometido apartamento que tinham visto em fotos, tinha uma cave à sua espera, onde têm estado a viver sem nenhuma condições ou nem sequer podem fazer a sua higiene diária.

Estamos habituados a ver este tipo de notícias em Lisboa. O arrendamento de espaços sem condições, sem contrato e a preços elevados. Mas esta também já é uma realidade em Aveiro. A construção de mais residências universitárias por parte do Estado é de facto uma necessidade. Mas mais do que atacar os privados, temos de criar condições para aumentar a oferta de alojamento na cidade. Mas isso não se faz do dia para a noite. É preciso tempo, criatividade e confiança. Com a iniciativa da Universidade de Aveiro do “Alojamento Qualificado” ou Coimbra com o programa “Abraço Gerações”. São uma gota no oceano, são, mas vão no sentido correto. Questiono-vos a vocês, na proposta, o que entendem por “protocolar com o setor turístico”. Quem? A Câmara Municipal ou o Governo. Obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁵²

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁵³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“Entendemos que, ou melhor, o Bloco de Esquerda aprovou 5 ou 6 Orçamentos de Estado. Quantos quartos para estudantes o Bloco de Esquerda aprovou via Orçamento de Estado para Aveiro? Zero. Isto é uma proposta demagógica, não faz sentido nenhum. De repente o Bloco de Esquerda pensou nos quartos para estudantes! Esteve lá e aprovou 5 ou 6 Orçamentos de Estado. Podia ter influenciado. Se influenciou foi no sentido contrário do que agora está a defender.

Não cabe ao município lançar, projetar ou mesmo construir residências para estudantes. Nosso país cabe às Universidades e ao Estado construir as habitações para estudantes, chamadas residenciais para estudantes.

A Câmara Municipal de Aveiro cabe licenciar alguns projetos que nesse sentido cheguem à Câmara e quero crer que o executivo tem aprovado alguns projetos nessa área.

Por isso esta proposta do Bloco de Esquerda, que depois, que define aqui no ponto 2, “protocolando ou requisitando”!? Esta coisa é puramente ideológica, fora de tempo e mais, é uma proposta que deve ser aprovada ou apresentada para aprovação e discussão no sítio certo, que é a Assembleia da República e não aqui.

Por isso, partindo destes pressupostos todos demagógicos e de falta de bom senso de quem esteve 6 anos a aprovar os Orçamentos de Estado e que nem um cêntimo influenciou para este setor, votaremos contra.”

Vogal Rui Faria (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁵

“Obrigado senhor Presidente. Queria só dizer ao Senhor deputado do CDS que, no ponto anterior, diz que o grande problema é da falta de construções civis e de funcionários. Mas agora já diz que há lugares para construir, ou seja, o senhor deputado joga nos dois tabuleiros. Quando lhe interessa não há construtores civis, nem funcionários. Agora quando lhe interessa o que não falta é lugar para construir. Temos que nos decidir.

Em resposta ao Chega, recomendaria que lê-se a sua proposta, ao ponto 5 basicamente. E fazendo uma achega, ao que disse sobre a demagogia de lugares-comuns, eu propunha que lê-se o seu programa eleitoral, que ouvisse as suas intervenções aqui e as do seu partido na Assembleia da República. Obrigado.”

Vogal João Labrincha (BE):⁰⁵⁶

“Só para dizer que o PAN está com alguma dificuldade na interpretação dos textos! O que nós pedimos, o que nós podemos nesta proposta é muito claro. As duas frases começam da mesma forma, não é “intervenção do Governo”. Ao CDS, gostaria só de lembrar que, ao contrário do que disse, o Bloco de Esquerda nunca foi Governo. O CDS sim. E esses foram dos anos mais trágicos que a nossa economia já viu.

Note-se que a requisição, respondendo a aqui a questão sobre a requisição, a requisição implica um pagamento. É uma figura essencial na organização de uma sociedade. Porque por exemplo, no setor social, quando se esgotam camas para alojamento de emergência para pessoas em situação de sem-abrigo, o Estado já aluga e já requisita e nunca foi um problema.

Por exemplo, em situações de crise, como perante um incêndio, um terramoto, o setor público pode requisitar, por exemplo caterpillars aos privados. A habitação é entendida como uma crise muito grave, a expressão é muito grave, por 90% dos portugueses, segundo pesquisa do Jornal de Notícias. Esta é uma crise que exige, portanto, também ela uma crise excecional, que exige medidas excecionais.”

Vogal Jorge Greno (CDS) Nos termos do artigo 33.º do Regimento:⁰⁵⁷

“O senhor deputado do Bloco de Esquerda referiu coisas que eu não disse. Eu não tenho é culpa nenhuma que ele não tenha percebido aquilo que eu disse.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵⁸ Ponto 6 – Apreciação e votação da Moção “Por medidas excecionais para responder à emergência de falta de residências universitárias em Aveiro”, sendo a proposta rejeitada, com trinta votos contra (PSD18+CDS5+CH1+PS6), duas abstenções (PAN2), e três votos a favor (BE2+CH1).

Seguiram-se as declarações de voto:⁰⁵⁹

Vogal António Nabais (PCP)

“Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)

“Senhor Presidente a declaração de voto é a minha intervenção.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁶⁰ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada e concluída⁰⁶¹ a sessão ordinária de Setembro de 2023.

Eram 23:30 horas do dia 27 de Setembro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)